



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua de 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TÊMÁTICA “A”: SISTEMA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA, CENÁRIOS E REGIMES SUB-REGIONAIS: FORTALECENDO A COOPERAÇÃO E A INSTITUCIONALIDADE NO CONTINENTE

Subtema 1: Novas concepções de segurança e defesa e desafios institucionais do sistema de segurança hemisférica: Complementação e cooperação em um contexto de arquitetura flexível

Moderador: *Doutor Hernán Sanin Posada. Vice Ministro de Defesa da Colômbia.*

Relator: *Coronel de Inf. Luis Ronaldo Cámbara Deras. chefe do Departamento de Política de Defesa do Ministério de Defesa Nacional da Guatemala*

Correlator: *Brasil*

Os países membros depois de debater o subtema consideraram conveniente formular as seguintes:

Conclusões

1. Existem mecanismos, programas e procedimentos regionais, sub-regionais e bilaterais que têm permitido aos países do hemisfério enfrentar as ameaças emergentes ou não tradicionais.
2. As novas características da arquitetura de segurança e defesa do hemisfério tomam em consideração a concepção da multidimensionalidade que propõe diversidade de políticas e instrumentos diferentes que requer cooperação internacional para responder a as ameaças.
3. Os países membros da VII Conferencia de Ministros de Defesa reconhecem a necessidade do hemisfério de enquadrar a segurança dentro do enfoque multidimensional.
4. A maneira de enfrentar as ameaças não tradicionais é atacar as causas que as originam e promover o apoio dos países desenvolvidos do hemisfério com aqueles que se encontram em vias de desenvolvimento, para que possam alcançar maior bem-estar.
5. Incluir a existência de gangs juvenis ou maras, como uma ameaça à segurança das pessoas, a qual deve requerer atenção dos Estados através de uma política social e de segurança pública.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Recomendações

1. Aplicar e materializar políticas e planos bilaterais, sub-regionais e regionais de segurança, através de ações integrais e coordenadas.
2. Não deve-se generalizar o caráter multidimensional, de tal forma que não é conveniente dar-lhe o enfoque de segurança militar ou policial a todos os problemas que afetam ao Estado, já que nem tudo se resolve com os mesmos instrumentos.
3. Estreitar a cooperação entre as nações americanas e entre suas organizações de segurança nacional, militar, policial e de instrumento judicial.
4. A arquitetura de segurança deve ser flexível e requer uma implementação concreta, passando da retórica à ação com maior cooperação e coordenação, respeitando os âmbitos de ação das instituições e os direitos soberanos dos Estados.
5. Propôr o incremento do apoio solidário entre os Estados da região para combater as causas e ameaças não tradicionais.
6. Aproveitar os foros e iniciativas já existentes em matéria de segurança e defesa hemisférica, já que se considera que algumas destas instâncias caducaram e em alguns casos haveria que revitalizá-las.
7. Incluir na Declaração Final da VII Conferência de Ministros de Defesa das Américas a recomendação de que os países membros implementem a Declaração de Segurança das Américas.

Manágua, Nicarágua 2 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, de 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “A”: SISTEMA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA, CENÁRIOS E REGIMES SUBREGIONAIS: FORTALECENDO A COOPERAÇÃO E A INSTITUCIONALIDADE NO CONTINENTE

Subtema 2: Políticas de segurança e defesa e formas de cooperação para enfrentamento das ameaças não tradicionais: Entre a dimensão hemisférica e as realidades e experiências sub-regionais.

Moderador: *Senhor Mario Mancuso, Vice-assistente do Secretário de Defesa para o combate ao terrorismo. Estados Unidos*

Relator: *Coronel Pedro Hernández Carrillo. Chefe do Gabinete do Ministério de Defesa do Equador*

Correlator: *Brasil*

Os países membros após debaterem o subtema, aprovaram de consenso o seguinte:

Conclusões

1. Entendendo que o tema segurança tem uma natureza multidimensional, sem dúvida, é importante manter a diferença entre política de defesa, de segurança pública ou cidadã.
2. No âmbito hemisférico, a institucionalidade multilateral para o enfrentamento das novas ameaças têm tido progressos substanciais, não obstante, destaca-se, que ainda assim é necessário um maior esforço devido à continuidade destas.
3. Considera-se necessário fortalecer e modernizar as instituições multilaterais existentes, antes de criar novas instâncias ou estruturas para a defesa coletiva.
4. Os conflitos interestatais diretos atualmente não constituem a principal ameaça à segurança hemisférica.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Recomendações

1. Dar continuidade à agenda de segurança e defesa hemisférica cooperativa que considere as realidades regionais e sub-regionais, e conte com a solidariedade de todos os Estados americanos.
2. Gerar espaços e condições propícias para melhorar a confiança e a cooperação nas relações entre os países do hemisfério.
3. Fortalecer e modernizar as capacidades das organizações sub-regionais, regionais e hemisféricas existentes para responder aos nossos desafios..
4. Incentivar o cumprimento dos convênios internacionais e outros mecanismos relacionados com a defesa e segurança hemisférica.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Managua, Nicaragua, 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicarágua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “A”: SISTEMA DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA, CENÁRIOS E REGIMES SUB-REGIONAIS: FORTALECENDO A COOPERAÇÃO E A INSTITUCIONALIDADE NO CONTINENTE

Subtema 3: As Conferências de Ministros de Defesa das Américas: Lições aprendidas para a gestão da defesa e da segurança hemisférica.

Moderador: Major General Gosselin. Representante do Ministério da Defesa Nacional do Canadá

Relator: Coronel de Infantaria DEM José Héctor Quintanilla Díaz. Ministério da Defesa de El Salvador.

Correlator: Peru

Os países membros debateram o subtema e destacaram de consenso as seguintes:

Conclusões

1. As Conferências de Ministros de Defesa das Américas têm contribuído no fortalecimento da confiança, da paz e da segurança subregional, regional e hemisférica, assim como também no compartilhamentos de experiências, enfoques e prioridades diversas e em coadjuvar processo de configuração da segurança e defesa hemisférica.
2. O fortalecimento das instituições democráticas representa o fator principal para consolidar a paz e a segurança hemisférica.
3. Os instrumentos de cooperação e segurança sub-regionais, regionais e hemisféricos são necessários para enfrentar e combater integralmente as ameaças não tradicionais.
4. A cooperação interagencial e interestatal contribui para integrar os esforços sub-regionais, regionais e hemisféricos e alcançar o sucesso desejado.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Recomendações

1. Continuar fortalecendo o respeito aos Direitos Humanos, à democracia e à governabilidade.
2. Fortalecer os mecanismos e instrumentos de segurança e defesa para permitir enfrentar as ameaças não tradicionais de acordo com os marcos jurídicos vigentes em cada país.
3. Promover a aplicação das medidas de fomento da confiança mútua.
4. Contribuir com os esforços da OEA, na consolidação da segurança hemisférica.

Manágua, Nicarágua 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “B”: MEDIDAS DE FOMENTO DE CONFIANÇA, DE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS NAS AMÉRICAS.

Subtema 1: Evolução das medidas de fomento de confiança e de segurança: ações a seguir para seu aprofundamento no hemisfério e sub-regiões.

Moderador: Nicaragua

Relator: Perú

Correlatores: Argentina e El Salvador

Os países participantes depois de debaterem o subtema, consideraram conveniente para tal fim formular as conclusões e recomendações seguintes:

CONCLUSÕES.

1. As delegações dos países participantes coincidiram que as Medidas de Fomento de Confiança são uma ferramenta fundamental para fortalecer a paz, a estabilidade e a segurança ao hemisfério.
- 2.- Neste contexto, reconhece-se a importância das recomendações das Declarações sobre as Medidas de Fomento de Confiança de Santiago do Chile, (1995), San Salvador (1998), Reunião de Expertos sobre Medidas de Fomento da Confiança denominada Consenso de Miami (2003) e a Declaração sobre Segurança das Américas (México 2003), e o Programa Anual de Medidas de Fomento da Confiança, Segurança Pública e Sociedade Civil, 1999, estabelecido no Tratado Marco de Segurança Democrática na América Central e outros instrumentos que tenham sido adotadas pelos Estados em forma bilateral ou multilateral de acordo a suas legislações, de maneira que sirvam tanto por seu alcance e natureza, como por sua aplicação com a finalidade de consolidar a cooperação entre os Estados da Região.
- 3.- Deve-se considerar que as Medidas de Fomento de Confiança, constituem um processo contínuo e gradual de soluções, baseado na boa fé de seus participantes, o que permitirá avançar do plano bilateral a um plano multilateral.

Manágua, Nicaragua 02 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

RECOMENDAÇÕES.

1. Elaborar uma estratégia de difusão, em forma apropriada em todos os âmbitos de benefícios das Medidas de Fomento de Confiança, que têm sido adotadas, tanto no plano bilateral quanto multilateral.
2. Insistir para que os países incrementem ações de consulta e coordenação, que conduzam a uma visão compartilhada que permita aprofundar as Medidas de Fomento de Confiança Mútua.

ÚLTIMA LINHA-----



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Managua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “B”: MEDIDAS DE FOMENTO DE CONFIANÇA, SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS NAS AMÉRICAS.

Subtema 2: Transparência e confiança nas Américas: livros brancos de defesa, medição padronizada de gastos de defesa e mecanismos de prevenção de conflitos.

Moderador: Harold Henry Rabling Tórres- México

Relator: Rodrigo Atria Benaprés e Eugenio Cruz Pinochet -Chile

Correlator: Coronel Gerardo Maldonado- Paraguai

Os países participantes depois de debaterem o subtema consideraram conveniente formular as seguintes conclusões e recomendações:

Conclusões

1. Os livros de defesa permitem aprofundar o conhecimento sobre as instituições armadas e em si, é uma das medidas mais importantes de Fomento de Confiança.
2. Os livros de defesa constituem uma modalidade que ajuda que a sociedade se sinta próxima à evolução e também para o desenvolvimento da defesa em termos gerais.
3. Os livros de defesa manifestam a visão dos Estados sobre suas políticas de Defesa.
4. Cada país é soberano para avaliar a perfeição do diálogo político militar nacional e a necessidade de elaborar um documento como o Livro de Defesa, para que a sociedade, saiba através dele, os objetivos e as políticas do setor.
5. A aplicação de um esquema universal facilitaria a comparação entre Estados e podia considerar-se como uma meta a qual poderá aproximar os esforços parciais entre dois países ou grupos de países.
6. Existem mecanismos internacionais estabelecidos pela ONU para informar os gastos militares como um ato voluntário dos Estados.
7. A necessidade cada vez mais acentuada de implementar um sistema e metodologia que estabeleça uma forma de medição de gastos. (Gastos de Defesa e Gastos de Segurança)



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

8. A implementação de uma metodologia padronizada deveria considerar a inclusão de aspectos econômicos, condições tributárias, taxas, falta de disponibilidade de estatísticas entre outros.

9. Hoje em dia não existe uma fonte regional oficial de informação padronizada dos gastos de defesa, onde se possa verificar qual é o gasto de defesa de cada um dos países.

Recomendações

1. Incentivar o desenvolvimento de uma metodologia para a formulação de Livros Brancos sub-regionais.

2. Insistir com os países para que realizem ações que permitam conhecer e estabelecer sistemas e metodologias padronizadas para medir os gastos de defesa, no plano bilateral, baseadas no modelo da CEPAL.

3. Propôr a criação de um registro interamericano de gastos de defesa, administrado pela OEA, seguindo a estrutura de exposição do relatório padronizado da ONU (Depto. de Desarmamento) e considerando as especificidades de defesa de cada país.

4. Convidar os países que ainda não tenham elaborado seus Livros de Defesa para que levem em consideração que esta medida contribui amplamente para fortalecer a confiança mútua, considerando as orientações da OEA, com respeito à confecção dos Livros Brancos

5. Convidar os países para que conheçam as experiências do Seminário realizado em Santa Cruz, Bolívia, para que possa servir de base a este tema.

Última Linha-----

Manágua, Nicarágua 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicarágua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “B”: MEDIDAS DE FOMENTO DE CONFIANÇA E DE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS NAS AMÉRICAS.

Subtema 3: Missões de paz e operações conjuntas: experiências e perspectivas no hemisfério.

Moderador: Lic. Eugenio Cruz Pinochet. (Chile)

Relator: Coronel Edson Pierobon(Brasil)

Correlatores: Argentina, Canadá, Guatemala e Uruguai.

Os países participantes depois de debaterem o subtema consideraram conveniente formular as seguintes conclusões e recomendações:

Conclusões.

1. É fundamental a cooperação dos países para levar a diante uma operação de paz exitosa, tanto como contribuidor de tropas como de recursos financeiros.
2. A necessidade de enfrentar os desafios de comunicação e interação cultural, tanto nos âmbitos internos da ONU como na relação com a sociedade civil e instituições do país anfitrião.
3. Instar os Estados para que tenham uma participação ativa nas Operações de Paz ou em outras operações (tais como o desminado humanitário), considerando que cada país tem seus próprios procedimentos muito particulares para o envio de tropas ao exterior de acordo com suas legislações internas.
4. Não existem pontos de conflitos entre os países participantes em operações de paz.
5. As operações de paz têm permitido avançar satisfatoriamente na preparação das forças militares.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Recomendações

1. Aprofundar as relações civis e militares nas diferentes fases de preparação de Forças de paz.
2. Intensificar a cooperação entre os centros de preparação das Forças de Paz, na padronização de procedimentos que facilitem a coordenação na área de Operações de Paz.
3. Insistir para que os países participem em Operações de Paz sob o comando da ONU ou de outros organismos internacionais (OEA), de acordo com sua política exterior e as legislações internas.
4. Enfatizar que a paz e a segurança são necessárias mas não suficientes para consolidar a estabilidade e o desenvolvimento sustentável dos países objetos da operação.
5. Seguir pelo caminho da reflexão regional na elaboração de critérios compartilhados que possam contribuir para resolver os problemas centrais que conduziram, definitivamente, à geração da crise que motiva a participação de forças de paz.
6. Promover a cooperação hemisférica por meio do estudo e da análise de experiências na criação e desenvolvimento de associações de forças de paz. Neste âmbito, Argentina e Chile oferecem a experiência alcançada no desenvolvimento da Força Associada “Cruz do Sul”

Última Linha-----

Manágua, Nicarágua, 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicarágua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “B”: MEDIDAS DE FOMENTO DE CONFIANÇA E DE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS NAS AMÉRICAS.

Subtema 4: Política de Ação total contra minas: lições aprendidas e colaboração nas Américas.

Moderador: Dr. Juan Umaña- Sir. Técnico da Comissão Nacional ol Desminado do Ministério de Defesa de Nicarágua

Relator: Coronel Jorge Gámez- Venezuela

*Correlatores: Sr. Pedro Suckel- Chile
Coronel Wilfredo Calderón-Honduras.*

Os países-membros após debaterem o subtema consideraram conveniente formular as seguintes conclusões e recomendações.:

Conclusões

1. Reconhece-se o compromisso dos governos no cumprimento do que foi estabelecido pelos órgãos internacionais sobre o uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal; respeitando a territorialidade, a soberania, a segurança e a defesa dos países do hemisfério.
2. O reconhecimento ao avanço dos programas nacionais dos países do hemisfério cumprindo com o estabelecido pelos órgãos internacionais, como a Convenção de Ottawa, o Protocolo V e a Convenção sobre certas armas convencionais de 1980.
3. A necessidade de abordar completamente o tema das minas antipessoal, considerando a importância de preparar assistência às vítimas, produto destes letais artefatos de guerra.
4. Os esforços regionais e nacionais realizados em matéria de desminado, têm um resultado de especial relevância, já que subsistem no continente americano zonas críticas que podem ser perigosas para população civil, não só pela presença de minas de fabricação industrial, como também pela existência de artefatos explosivos improvisados.
5. Reconhece-se a preocupação dos países afetados no melhoramento da disponibilidade de recursos técnicos e humanos para continuar realizando as atividades de desminado.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

6. Reconhece-se a valiosa contribuição da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Junta Interamericana de Defesa (JID), através da missão de assistência para remoção de minas na América Central na luta para eliminar o perigo das minas.

Recomendações

1. Insistir com os países-membros da conferência de Ministros de Defesa das Américas a apoiar a proposta de criação de um Centro Internacional de Desminado Humanitário, na República da Nicarágua.
2. Ampliar a luta contra as minas antipessoal, incluindo as munições e artefatos antiexplosivos..
3. Insistir com os países do hemisfério que promovam programas de sensibilização e educação preventiva para evitar acidentes por minas antipessoais ou munições antiexplosivas.
4. Apoiar os esforços dos países da região, que contam com planos nacionais de desminado humanitário, para conseguir num futuro próximo, que a América passe a ser uma zona livre de minas antipessoais.
5. Insistir com os países e organismos cooperantes que continuem contribuindo, de acordo com suas capacidades, com as atividades do desminado humanitário.
6. Avaliar a possibilidade da criação de um Centro Regional para a reabilitação das vítimas de acidentes por minas ou artefatos explosivos.

Manágua, Nicarágua, 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “B”: MEDIDAS DE FOMENTO DE CONFIANÇA DA SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES MULTINACIONAIS NAS AMÉRICAS.

Subtema 5: Forças Armadas e missões humanitárias de apoio em caso de desastres naturais: lições aprendidas e convênios de cooperação regional.

Moderador: Coronel Mario David Villanueva – Honduras.

Relator: General de Brigada Rolando Paniagua Ledezma - Bolívia

Correlatores: Coronel Francisco Antonio Ovalle Pichardo-República Dominicana

Os países-membros depois de debaterem o subtema consideraram conveniente formular as seguintes conclusões e recomendações:

CONCLUSÕES

1. As missões humanitárias de apoio em caso de desastres naturais, se caracterizam não somente por determinadas atividades ou objetivos, mas também por uma série de princípios éticos e operativos entre os que podemos mencionar: **A humanidade, a imparcialidade, a neutralidade e a independência.**
2. As Forças Armadas e Organismos de Segurança dos países apoiam com recursos materiais e humanos na assistência em desastres naturais, em que estes tenham um papel protagonista nas operações de ajuda.
3. Reconhece-se a necessidade de que os países contem com os meios adequados (móveis, aerotransportados e navais) e de desenvolvimento das capacidades de gestão de risco e de resposta imediata.

RECOMENDAÇÕES

1. Estudar a possibilidade de padronizar a terminologia e simbologia comum em desastres naturais para facilitar o entendimento e a coordenação dos diferentes atores que participam nas operações de assistência.
2. Insistir para que os Estados realizem maiores esforços para proporcionar meios materiais e tecnológicos às unidades de resgate.
3. Incrementar o intercâmbio de informação e coordenação real e permanente entre as Forças Armadas e/o Forças de Segurança e os Sistemas Nacionais de Emergência dos países vizinhos e as sub-regiões do hemisfério.



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

4. Realizar esforços para conseguir uma integração de procedimentos de Direção e Coordenação entre as Unidades de resgate e assistência, assim como também com a definição de papéis e tarefas entre os membros dos Sistemas Nacionais de Emergências.

5. Encomendar aos países -membros da Conferência Ministros de Defesa das Américas, a gestão de mecanismos de cooperação internacional para melhorar a capacidade dos Sistemas Nacionais de Emergência

Última linha.....

Manágua, Nicarágua, 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “C”: MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR DE DEFESA

Subtema 1: Fortalecimento institucional dos Ministérios de Defesa: gestão civil e cooperação interministerial a nível regional e sub-regional..

Moderador: Bolivia

Relator: Estados Unidos

Correlator: Panama

1. Propõe-se que cada país defina, de acordo com suas próprias realidades, história e normativa vigente, como estabelecer e distribuir os papéis e responsabilidades entre civis e militares, tendo presente que eles desempenham papéis complementares para cumprir com os objetivos de defesa da nação.

2. No fortalecimento das instituições de defesa propõe-se a possibilidade de se observar as seguintes ações:

- Inserção, quando for o caso, da autoridade do Ministro de Defesa na cadeia de comando.
- Estabelecimento de uma clara e apropriada definição dos papéis para o pessoal civil e militar.
- Fomento da confiança mútua entre civis e militares.
- Organização estrutural e eficaz dos Ministérios de Defesa.
 - Cadeia de Comando unívoca.
 - Transparência na prestação de contas.
- Desenvolvimento de programas de capacitação integral.
- Envolvimento do Poder Legislativo.
- Coordenação interinstitucional no âmbito nacional .



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

- Emprego de exercícios e simulações para treinar e avaliar o staff diante de situações de crises.
 - Autoridade final de atribuição orçamentária no setor de Defesa.
3. Propõe-se aproveitar a experiência comparada, na solução de problemas comuns, identificando os modelos regionais e sub-regionais e sua possível vinculação com as realidades nacionais.

Manágua, Nicarágua 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “C”: MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR DE DEFESA

Subtema 2: Coordenação e cooperação interinstitucional em cada Estado para a modernização e transformação das instituições de Defesa.

Moderador: Colombia

Relator: Estados Unidos

Correlator: Bolivia

1. Considerando o caráter multidimensional dos desafios de hoje e os esforços de muitos atores, os Ministérios de Defesa e as forças armadas devem trabalhar de maneira coordenada com outras instituições do Estado para cumprir com seu mandato constitucional na Defesa do Estado.
2. Cada Estado das Américas tem tido uma experiência particular em matéria da coordenação e cooperação interinstitucional.
3. Os países das Américas que tem tido maior experiência nos esforços de coordenação interinstitucional podem prestar assessoria ao resto dos países.
4. Estados Unidos tem ressaltado a importância de levar em conta a perspectiva política para a coordenação das operações militares. Colômbia ofereceu sua experiência sobre o Centro de Coordenação de Ação Integral (CCAI).

Manágua, Nicaragua 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “C”: MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR DE DEFESA

Subtema 3: Modernização das forças armadas: fundamentos, lições aprendidas, experiências e desafios pendentes.

Moderador: Ecuador

Relator: Canada

Correlator: Ecuador y Mexico

1. As experiências dos países que modernizam as FF. AA. podem servir de referências para outros Estados, respeitando suas realidades nacionais.
2. As mudanças no cenário mundial e regional pedem a adaptação da FF. AA. às novas realidades.
3. O uso da força nem sempre é a forma mais apropriada de resposta. É importante a sincronização da força militar com outras instâncias institucionais.
4. A modernização ou transformação das forças armadas podem ser complexas e caras, mas mesmo assim são necessárias. Gera desafios e também oportunidades.
5. A modernização ou transformação das forças armadas deve ser considerada como prioridade em potencial humano.
6. A viabilidade dos processos de modernização ou transformação exigem uma maior participação da sociedade na Segurança e Defesa, no âmbito jurídico de cada Estado.
7. As diferenças no âmbito legal de cada Estado limitam a cooperação internacional em especial em desastres naturais. Sugere-se que os países revisem os obstáculos de caráter legal que limitam a cooperação efetiva nestes casos.

Manágua, Nicaragua 3 de outubro de 2006



VII CONFERENCIA DE MINISTROS DE DEFENSA DE LAS AMERICAS

Manágua, Nicaragua, 1 a 5 de outubro de 2006

ATA DE RESUMO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

LINHA TEMÁTICA “C”: MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR DE DEFESA

Subtema 4: Atividades das forças Armadas que contribuem para políticas de desenvolvimento nacional.

Moderador: Trinidad y Tobago

Relator: Venezuela

Correlator: Antigua y Barbuda

1. As políticas nacionais de cada Estado determinam a função das forças armadas, de acordo as suas próprias realidades, necessidades, cultura, história e legislação nacional.

Manágua, Nicaragua 3 de outubro de 2006